

As medidas de Trump e o futuro do Brasil

André Nassif

Valor, 08/08/2025

Se o Brasil aproveitar a conjuntura para promover uma transformação estrutural, os ganhos futuros podem superar os custos imediatos

Assim que Donald Trump anunciou a intenção de impor tarifas de importação ao mundo, argumentei, em artigo no **Valor** (“A cruzada tarifária de Trump e o Brasil”, 27/03/2025), que, face ao risco de uma guerra comercial global, o Brasil, com seu limitado poder de barganha, deveria adotar uma estratégia de não retaliação. Desde então, aprendemos que Trump anuncia tarifas elevadas como forma de pressão para forçar parceiros a reduzir impostos sobre produtos americanos. Em alguns casos, como o da China, recuou (“Trump sempre amarela”, como apontou Robert Armstrong, do Financial Times); em outros, avançou, mas sem grandes ganhos, como avaliou Paul Krugman em relação ao acordo com o Japão.

O Brasil, após sofrer uma tarifa “recíproca” de 10% em abril, foi penalizado, no final de julho, com uma alíquota de 50%, a mais elevada entre os acordos firmados pelos Estados Unidos. Apenas 694 dos cerca de 4.000 itens exportados pelo Brasil ficaram isentos da tarifa máxima, sendo a maioria bens não fabricados nos Estados Unidos (produtos agrícolas e insumos industriais padronizados) ou de difícil substituição (aeronaves civis). Segundo a Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil), 56% das exportações brasileiras aos Estados Unidos serão penalizadas pela tarifa máxima.

O problema transcende o comércio bilateral, pois envolve aspectos sensíveis da soberania jurídico-política brasileira. No campo político, nenhuma concessão que comprometa o sistema jurídico ou democrático deve ser aceita. Foi surpreendente a justificativa usada pela Casa Branca, em decreto, para aplicar tarifas ao Brasil: a suposta perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro, réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe contra o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi também preocupante a aplicação de sanções financeiras ao ministro Alexandre de Moraes, por alegadas violações à liberdade de expressão e aos direitos políticos de Bolsonaro. Dada a imprevisibilidade de Trump - inclusive quanto a possíveis intervenções militares, o que não é paranoia conjecturar -, o Brasil deve recorrer a canais jurídicos internacionais para resguardar sua soberania.

No campo econômico, o governo Trump incluiu o Brasil em investigações por práticas comerciais desleais, ameaçando sanções com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, usada nos anos 1980 para pressionar países latino-americanos a adotarem práticas liberalizantes em benefício das corporações americanas. O Brasil deve resistir a tentativas de impor mudanças que extrapolem o comércio internacional.

Do ponto de vista comercial, ao ser alvejado com o maior gravame tarifário entre os acordos firmados pelos Estados Unidos, as perdas líquidas para o Brasil serão significativas no médio prazo. Isso se deve à dependência de importações de bens de alta tecnologia daquele país, enquanto nossas exportações concentram-se em produtos primários e bens industrializados de média tecnologia, excetuando-se as aeronaves da [Embraer](#). Ainda assim, o governo deve evitar medidas de retaliação, pois uma guerra comercial bilateral ampliaria os prejuízos para o Brasil, que possui menor poder econômico e financeiro.

Apesar disso, há razões para otimismo no longo prazo. Se o Brasil aproveitar a conjuntura para promover uma transformação estrutural, os ganhos futuros podem superar os custos imediatos. A desindustrialização levou à reprimarização das exportações: hoje, quase 70% das vendas externas concentram-se em produtos primários e bens industrializados intensivos em recursos naturais. As medidas de Trump evidenciam o alto custo de depender da exportação de commodities. É hora de reagir com três diretrizes estratégicas:

1. Reforma da política de comércio exterior

É urgente promover maior integração entre a política industrial e as políticas de importação e exportação. A política industrial corrente - Nova Indústria Brasil (NIB) - praticamente ignora a política comercial. Uma reforma na estrutura tarifária é necessária, mas ela deve servir ao desenvolvimento industrial brasileiro, não aos interesses americanos.

É viável reduzir ou zerar tarifas sobre bens de capital e intermediários não priorizados pela NIB, e elevar moderadamente as tarifas de insumos estratégicos à substituição de importações em níveis apenas necessários para equalizar preços internos e externos, a fim de estimular a inovação, mas manter, simultaneamente, a pressão da concorrência internacional.

Nas exportações, é essencial ampliar e diversificar a venda de manufaturados com maior conteúdo tecnológico. Instrumentos como o drawback e financiamentos do BNDES e Proex-Banco do Brasil devem ser usados com mais eficácia. É urgente intensificar o marketing internacional para expandir a presença de produtos “made in Brazil” no mercado externo. A internet é o meio mais acessível, rápido e barato para alcançar consumidores diversos no mundo.

2. Ampliação e diversificação de acordos comerciais

Embora o multilateralismo da Organização Mundial do Comércio seja desejável, não se pode depender exclusivamente dele, sobretudo em tempos de incerteza. É preciso ampliar acordos bilaterais e regionais, especialmente com países em desenvolvimento cujos padrões de consumo se assemelham aos do Brasil e oferecem maior potencial de ganhos de escala e comércio intraindustrial. Acordos como o Mercosul-União Europeia não devem ser descartados, desde que incluam salvaguardas que preservem instrumentos como conteúdo local e compras governamentais.

3. Promoção da reindustrialização

Apesar da expansão dos serviços, a indústria de transformação continua sendo o motor da inovação e do crescimento sustentável. A atual política industrial acerta ao focar em grandes missões estratégicas, mas precisa enfatizar três eixos: i) transição energética e adoção de tecnologias de baixo carbono nos processos produtivos; ii) digitalização da produção, com destaque à inteligência artificial; e iii) transformação industrial dos minerais críticos (lítio, cobre, cobalto, níquel e terras raras), amplamente utilizados em setores de alta tecnologia. Hoje, esses minerais são exportados com baixo valor agregado. O desafio é superar o modelo extrativista e construir uma política robusta de agregação de valor, resistindo às pressões de potências como China e Estados Unidos, que disputam essas riquezas. O Brasil deve evitar cair em uma nova forma de “colonialismo verde”.

Em suma, enfrentar o protecionismo americano e reagir às medidas que violam nossa soberania exige firmeza política e pragmatismo econômico. Apesar dos prejuízos econômicos no médio prazo, o Brasil pode transformar o desafio em oportunidades no longo prazo: reestruturar sua política comercial, diversificar mercados e, sobretudo, promover a reindustrialização baseada em inovação tecnológica. Essas oportunidades são o caminho mais seguro para fortalecer nossa soberania no futuro.